

sendo já applicável à taxa complementar do ano económico de 1925-1926.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1926.— *Manuel de Oliveira Gomes da Costa*—*Filomeno da Câmara Melo Cabral*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Intendência do Pessoal

Decreto n.º 11:812

Considerando que às praças da armada quando se encontram em tratamento no Hospital da Marinha é descontada a ração;

Sendo certo que, quando nessas circunstâncias, é o referido Hospital quem lhes fornece a alimentação;

Reconhecendo-se que as condições do mesmo Hospital são das mais precárias; e

Convindo, como consequentemente está indicado, e é de toda a justiça, que a quantia correspondente a essas rações reverta a favor do Hospital da Marinha:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Continuam em vigor as disposições estabelecidas nos artigos 104.º e 110.º do decreto n.º 5:571, de 10 de Maio de 1919, podendo o conselho administrativo do Hospital da Marinha sacar todos os meses pelo artigo 8.º da tabela orçamental a importância das rações dos sargentos e praças correspondente ao número de dias exactos que se apurar terem estado em tratamento no mesmo Hospital.

§ único. Estas importâncias serão despendidas pelo mesmo artigo da tabela sob a designação de «Géneros para dietas adquiridos com a importância das rações dos sargentos e praças que estiverem em tratamento».

Art. 2.º Na nota dos saldos a enviar mensalmente à 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública (Ministério da Marinha) a que se refere a base 4.ª do decreto n.º 9:516, de 19 de Março de 1924, deverá ser indicada em separado a verba sacada nos termos do artigo 1.º

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1926.— *Manuel de Oliveira Gomes da Costa*—*António Claro*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Filomeno da Câmara Melo Cabral*—*Jaime Afreixo*—*António Oscar de Fragoso Carmona*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Armando Humberto da Gama Ochoa*—*Artur Ricardo Jorge*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 11:813

Os decretos n.ºs 10:061 e 10:062, de 1 e 2 de Setembro de 1924, que vieram modificar a organização do corpo de marinheiros da armada e outros serviços, criaram e regulamentaram a brigada da guarda naval, destinada a fornecer pessoal para a guarda e segurança dos estabelecimentos navais e de certos navios da armada,

fôrças de desembarque para operações em terra e serviços de guarnição.

Grandes têm sido as dificuldades na organização desta brigada, a qual, apesar de nunca ter conseguido completar o seu efectivo, tem causado ao serviço das outras brigadas e aos navios perturbações que se tem procurado remediar pouco a pouco, havendo frequentes reclamações justificadas, que o Comando Geral da Armada nem sempre tem podido atender.

Inútil é procurar justificar as vantagens da extinção da brigada da guarda naval; basta o que a prática tem demonstrado para ela se impor, e assim, atendendo ao exposto:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a brigada da guarda naval, criada por decreto n.º 10:061, de 1 de Setembro de 1924.

Art. 2.º As funções e serviços que eram cometidos a esta brigada passam a ser desempenhados pelas outras brigadas.

Art. 3.º Os sargentos e praças que constituem o seu efectivo revertem às brigadas a que pertenciam anteriormente.

§ único. Os que porém foram seleccionados directamente para esta brigada passam à brigada de marinheiros, que os distribuirá pelas outras, conforme as aptidões.

Art. 4.º Os sargentos e praças conservam as suas graduações, sendo a sua antiguidade nas brigadas em que ingressarem regulada nos seguintes termos:

a) Os sargentos e praças são colocados na escala de antiguidades, independentemente das suas graduações, nos lugares que lhes pertenceriam se não tivessem sido transferidos de brigada, ficando supranumerários aos quadros da sua actual graduação; a sua entrada no quadro efectuar-se há quando lhes pertença a vacatura pela escala de antiguidades, de harmonia com a classificação no curso da nova brigada, e reúnam as demais condições de promoção;

b) Quando lhes pertença entrada no quadro e não tenham logrado aprovação no curso respectivo ou não reúnam as condições de promoção são abatidos ou reformados segundo as disposições vigentes.

1) Se, porém, a entrada do quadro lhes pertencer antes do tempo indispensável para a conclusão do curso e demais condições de promoção, ficam aguardando a finalização dele e os demais requisitos legais, que não poderão interromper, salvo por motivo de doença.

c) Os sargentos e praças readmitidos nos termos dos decretos n.º 2:489, de 1 de Julho de 1916, e n.º 3:320, de 29 de Agosto de 1917, continuam na situação de supranumerários.

Art. 5.º Os sargentos e praças enquanto supranumerários por não reúniem as condições para poderem ingressar na sua respectiva brigada usam os distintivos de fuzileiros.

Art. 6.º Os quadros das brigadas de marinheiros e artilheiros sofrem as seguintes alterações:

Na brigada de marinheiros:

Os cabos marinheiros passam de 110 para 120.
Os marinheiros passam de 440 para 470.

Na brigada de artilheiros:

Os primeiros sargentos passam de 44 para 50.
Os segundos sargentos passam de 132 para 150.
Os cabos artilheiros passam de 110 para 120.
Os marinheiros artilheiros passam de 330 para 428.

Art. 7.º A brigada de marinheiros fornecerá uma companhia de três pelotões, de efectivo não inferior a 150 praças, para o edificio da extinta brigada da guarda naval, do comando de um primeiro tenente de marinha, sendo os subalternos segundos tenentes do mesmo quadro, destinado a dar guardas aos estabelecimentos de marinha na margem norte, policia e conservação do edificio.

§ 1.º Quando não possa completar o efectivo da companhia, requisitará às outras brigadas o pessoal necessário.

§ 2.º Mensalmente será substituído um pelotão.

§ 3.º A permanência dos officiaes será regulada pela Intendência do Pessoal.

Art. 8.º As admissões, seleccionamento e utilização de officiaes, sargentos e praças para a música da armada e contagem do seu tempo de serviço passam, relativamente a officiaes, a ser feitos pela Intendência do Pessoal, e com respeito às praças, pelo comando da brigada de marinheiros, tudo em harmonia com a legislação vigente.

Art. 9.º O chefe de música e mais músicos ficam pertencendo, para todos os efeitos, à brigada de marinheiros e sob as ordens immediatas do comandante da companhia.

Art. 10.º Êsto decreto ontra immediatamente em execução, devendo, porém, o conselho administrativo e o pessoal da secretaria da brigada extinta proceder à entrega do material respectivo em conformidade com as instruções que receberem, o extrair dos livros mestres cópias dos assentamentos, que serão enviadas às brigadas para onde tenha passado o pessoal, devendo tudo estar concluído dentro de cinquenta dias e o arquivo entregue ao arquivo geral do Ministério.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1926.—*Manuel de Oliveira Gomes da Costa—António Claro—Manuel Rodrigues Júnior—Filomeno da Câmara Melo Cabral—Jaime Afreixo—António Oscar de Fragoso Carmona—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Armando Humberto da Gama Ochoa—Artur Ricardo Jorge—Felisberto Alves Pedrosa.*

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Decreto n.º 11:314

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a negociar e assinar acordos ou convenções com governos estrangeiros acêrca da reciprocidade de reconhecimento de legislação marítima quando dêsses acordos ou convenções resultem manifestas vantagens para a navegação nacional, tendendo sobretudo a evitar demoras e despesas aos navios portugueses em portos estrangeiros.

§ único. Os acordos ou convenções terão por base a verificação de equivalência das disposições legais dos paises com os quais são negociados.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da

República, em 30 de Junho de 1926.—*Manuel de Oliveira Gomes da Costa—António Claro—Manuel Rodrigues Júnior—Filomeno da Câmara Melo Cabral—Jaime Afreixo—António Oscar de Fragoso Carmona—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Armando Humberto da Gama Ochoa—Artur Ricardo Jorge—Felisberto Alves Pedrosa.*

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 11:315

Achando-se esgotada a verba inscrita no capítulo 5.º da despesa extraordinária da proposta orçamental do Ministério da Marinha para o ano económico de 1925-1926, destinada ao pagamento de melhorias de vencimentos ao pessoal militar e civil do mesmo Ministério, e sendo necessário reforçá-la, a fim de se poder efectuar o pagamento da melhoria resultante da triplicação de gratificação de serviço aos officiaes e sargentos da armada;

Com fundamento no artigo 46.º da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro de 1922, e de harmonia com a parte final do artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ê aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 1:500.000\$, destinado a reforçar a verba inscrita no capítulo 5.º da despesa extraordinária da proposta orçamental dêste último Ministério para o corrente ano económico, devendo ser anulada, por dispensável, igual quantia na dotação do capítulo 11.º da despesa extraordinária da mesma proposta orçamental.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Junho de 1926.—*Manuel de Oliveira Gomes da Costa—António Claro—Manuel Rodrigues Júnior—Filomeno da Câmara Melo Cabral—Jaime Afreixo—António Oscar de Fragoso Carmona—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Armando Humberto da Gama Ochoa—Artur Ricardo Jorge—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 11:316

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ê aprovado o contrato provisório celebrado pelo Governo em 13 de Janeiro de 1926 com a Companhia dei Cavi Telegrafici Sottomarini Italcable, para o estabelecimento e exploração dos cabos telegráficos submarinos entre Faial (Açores) e S. Vicente (Cabo Verde), entre Faial (Açores) e a Itália e entre Lisboa e Málaga.

§ 1.º O Governo fica autorizado a lavrar definitivamente o mesmo contrato com as condições e cláusulas nêle indicadas.